

PSICOLOGIA JURÍDICA

MORAIS, ANA BEATRIZ DOS SANTOS DE; ZOBISCH, EDUARDA; SOUZA, LUCI HOPKA DE; RECCO, TATIANA GONÇALVES DE LIMA.

RESUMO

A psicologia jurídica é uma ramo de especialização da ciência psicológica, possui como campo de interação o direito, que utiliza como embasamento para as tomadas de decisões as leis. Já a psicologia nessa área de atuação vai analisar o ser condenado e todo o contexto da situação ocorrida através de métodos psicológicos, com a finalidade de uma decisão mais justa. É exigido um rigoroso cuidado com a utilização dos métodos, pois todo o veredito é tido como verdade.

Palavras-chave: Atuação do psicólogo jurídico. Confluência das ciências. Suporte Jurídico.

ABSTRACT

Legal psychology, a branch of psychological sciences, has law related subjects as its main field of interaction. The theoretical background used for decision making are the laws. In this branch, psychology analyses, through psychological methods, the defendant and the whole context of the situation, intending on a fairer trial. Since the verdict is taken as true, a very strict use of the methods must be engaged.

Keywords: Legal psychologist acting. Confluence of science. Legal support

INTRODUÇÃO

A Psicologia tem diversas áreas para atuação, uma delas é a Psicologia Jurídica que busca auxiliar a compreensão e avaliação de delitos, normalmente essa investigação acontece a pedido de um juiz ou promotor (JESUS, 2016, p. 45).

Diante do crescente número da criminalidade faz-se necessário a compreensão da ocorrência dessa estrutura criminal e do comportamento humano que é complexo e exige uma interpretação com cautela e com base nos conhecimentos psicológicos. No entanto, a jurisprudência não tem proficiência nessa área (SILVA, 2007 p. 6).

Levando em consideração a história no âmbito do Direito e observando os julgamentos é certo que anterior ao século XVIII, mais precisamente por influência do médico Philippe Pinel não se cogitava a necessidade de verificar as condições mentais de um indivíduo acusado. E com o avanço da Psicologia e suas teorias as duas ciências se encontram para trazer a sociedade julgamentos mais justos (SERAFIM, 2007).

OBJETIVO

- Analisar os procedimentos da psicologia jurídica.
- Verificar a formação necessária para aqueles que desejem atuar na área.
- Identificar a avaliação psicológica diante de casos jurídicos

MÉTODO

O projeto tem seu desenvolvimento em forma de pesquisa bibliográfica, sendo um estudo da relação entre a atividade jurídica juntamente com a ciência da psicologia. Duas áreas que atuando conjuntamente buscam solucionar de forma mais justa decisões judiciais. O período da pesquisa será de 15 de julho à 15 de Outubro de 2019 abrangendo diversos autores da área. Tendo como primeira ferramenta para esse projeto a observação e leitura de estudos de caso, visando bases neurais da cognição, como o pensamento, a memória, histórico familiar, comportamento e os processos perceptivos.

DESENVOLVIMENTO

A Psicologia Jurídica tem como características principal atuar frente a conflitos jurídicos juntamente com profissionais da área do Direito. A história dessa profissão foi lentamente construída, no século XVII encontra-se os primeiros sinais de uma preocupação com os distúrbios mentais que levavam alguns indivíduos a cometerem delitos e transgressões da lei. Para que isso não ocorresse avaliava-se o grau da desordem mental e posteriormente permitia-se ou não que esse indivíduo participasse livremente da sociedade (LAGO et al., 2009).

No ano de 1792, Dr. Philippe Pinel, na França dá início a um trabalho voltado para doentes mentais, que na visão de Pinel, deveriam ser tratados e não

apenas encarcerados. A ação desse médico apresenta uma mentalidade até então não vista, era preciso avaliar o indivíduo de forma psíquica-cognitiva e não apenas legalmente antes da sentença final (SERAFIM, 2007).

Porém, a atuação no Brasil iniciou-se de forma informal, entrando em vigor apenas na década de 1960 com a regulamentação do exercício da profissão do Psicólogo Jurídico. A partir dessa regularização há uma confluência entre a Psicologia e o Direito, essas duas ciências trabalhando em parceria tendem então, a uma decisão judicial com menor margem de erro (BRITO, 2002).

Os primeiros trabalhos ocorreram na área criminal, em adultos e adolescentes infratores da lei. No sistema penitenciário, o trabalho do psicólogo existe mas ainda não oficialmente há pelo menos 40 anos (ROVINSKI, 2002).

A atuação do Psicólogo Jurídico faz-se presente quando juiz solicita uma perícia dentro de um processo judicial que foge a área do Direito, diante dessa prática do juiz está a avaliação psicológica que subsidiará uma decisão judicial (LAGO et al., 2009). Essa atividade do profissional de psicologia jurídica buscará descrever o comportamento humano dentro dos parâmetros cognitivos em concordância com o que rege as leis da sociedade, participando e assessorando nas investigações (JESUS, 2016).

A principal demanda dos operadores do direito é a avaliação psicológica, mas nem sempre se estende a avaliação. As áreas que demandam a participação do psicólogo são: Direito da Família, Direito Penal, Direito do Trabalho, Direito Civil e Direito da Criança e do Adolescente (LAGO et al, 2009).

Além disso o psicólogo jurídico intervém e planeja programas de intervenção, de tratamentos, de reabilitação e de tratamento de atores jurídicos na sociedade (JESUS, 2016).

RESULTADOS

Partindo das informações bibliográficas presentes neste trabalho é possível apurar que a relevância da profissão da psicologia jurídica é suma importância

porém, a falta de conhecimento, comunicação ou mesmo a distorção dos conceitos tendem a dificultar o trabalho. Sabendo que o papel da busca da verdade é do juiz, o psicólogo jurídico apenas presta auxílio com base na ciência da psicologia, sem caráter terapêutico.

CONCLUSÃO

Pelo que foi mencionado a Psicologia Jurídica foi construída lentamente, após preocupações com distúrbios mentais e delitos que poderiam ocorrer em indivíduos. Foi reconhecida no Brasil na década de 1960, mas apenas realizada em trabalhos voluntários.

Tendo em vista que a atuação do psicólogo jurídico se faz necessário quando um juiz pede uma perícia de um processo judicial e em uma avaliação, o psicólogo buscará descrever o comportamento do indivíduo dentro das leis que regem a sociedade.

Portanto o Psicólogo jurídico tem importância fundamental em diversas áreas que regem o Direito, para se fazer uma análise do indivíduo enquanto infrator, uma vez que a Psicologia se aproxima do Direito por se preocupar com a conduta humana.

REFERÊNCIAS

BRITO, Leila Maria Torraca de. **Anotações sobre a Psicologia jurídica**. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500014&lang=pt>. Acesso em: 02 de outubro de 2019.

FRANCA, Fátima. **Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil**. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872004000100006>. Acesso em: 01 de outubro de 2019.

JESUS, Fernando de. **Psicologia Aplicada à Justiça**. 4. ed. Goiania: AB, 2016. cap.6, p. 56-57.

LAGO, Vivian de Medeiros et.al. **Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação**. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000400009&lang=pt>. Acesso em: 02 de outubro de 2019.

ROVINSKI, S. L. R. **La Psicologia Jurídica em Brasil: Tratado a psicologia forense**, Madrid, p. 2, 2009.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Psicologia Jurídica, uma ciência em expansão.** Psique, São Paulo, n. 05, p. 06-07, ed. especial, 2007.

SERAFIM, Antonio de Pádua. **Uma Psicologia aplicada a Justiça.** Psique, São Paulo, n. 05, p. 08-15, ed. especial, 2007